



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 11/02/2015 16:49:23, faço estes autos conclusos ao
 MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr.
 Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processos nº: **0022515-05.2008.8.26.0566 e 0022515-05.2008.8.26.0566/01**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário e Cumprimento de Sentença - Espécies de Contratos**
 Exequente/Impugnada: **Maria Aparecida da Silva Messias**
 Executado/Impugnante: **Banco ABN Amro Real S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Banco Santander (Brasil) S/A impugnou a fase de cumprimento da coisa julgada formulada pela exequente **Maria Aparecida da Silva Messias** (fls. 345/346), alegando excesso de execução, pois seu débito se limita a R\$ 26.145,70, devendo ser restituído ao impugnante o valor a maior depositado nos autos, qual seja, R\$ 27.272,45. A impugnada não obedeceu aos limites do quanto julgado pelo TJSP. Pugna pela extinção da execução, restituindo-lhe os valores excedentes. Documentos às fls. 347/365.

A impugnada manifestou-se às fls. 370/371 dizendo que incidem juros compostos e não os simples sobre o valor da condenação pelos danos morais. Às fls. 336/341 o impugnante reconheceu diferença de crédito de R\$ 8.510,51 em favor da impugnada, além do valor por esta já levantado. Pela improcedência do incidente.

Cálculo da auxiliar do juízo às fls. 373/374. Manifestação da impugnada às fls. 379/380.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

É o relatório. Fundamento e decido.

O v. acórdão de fls. 168/172 reformou a sentença de fls. 133/139, julgando procedente a ação e arbitrou em R\$ 15.000,00 a indenização pelos danos morais causados à impugnada, com correção monetária pela Tabela Prática do TJSP a partir da publicação do acórdão e com juros de mora de 1% ao mês desde a data da inscrição do débito no Serasa, além de 15% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação, custas e despesas processuais (fl. 172).

Seguindo com rigor esses limites, a contadoria judicial procedeu ao cálculo de fls. 373/374 e identificou o débito do impugnante até 09.06.2014 no importe de R\$ 34.503,21, sendo que as custas incluídas nesse valor são de R\$ 676,53. Efetuou a dedução do depósito de fl. 321, qual seja, R\$ 26.145,70, e apurou a diferença de crédito em favor da impugnada como sendo R\$ 8.357,51. Atualizou esse valor até 17.07.2014, em razão do depósito de fl. 328 (R\$ 27.272,45), encontrando R\$ 8.433,36. Deduziu esse saldo credor do valor do depósito de fl. 328 e encontrou como valor a maior depositado pelo impugnante R\$ 18.839,09 (fl. 374).

Não assiste razão a impugnada às fls. 371 quando insiste na tese de que os juros a incidirem são os compostos, fugindo dos limites da coisa julgada material. Com efeito, os juros moratórios são de 1% ao mês a partir da data da inscrição do débito no Serasa (04.11.2008) e a correção monetária sobre os R\$ 15.000,00 obedeceu rigorosamente os limites estabelecidos pelo v. acórdão.

A conta de fls. 373/374 reflete com exatidão o conteúdo condenatório estabelecido pelo v. acórdão a fl. 172. Houve excesso de execução no pedido da impugnada. O pedido de fls. 336/338 apontou em favor da impugnada a diferença de R\$ 8.510,51 (fl. 338). Entretanto, quando o impugnante apresentou o incidente do § 1º, do artigo 475-J, do CPC (fls. 345/346), insistiu na tese de que o valor devido à impugnada se limitava a R\$ 26.145,70, cujo depósito ocorrera em 09.06.2014 (fl. 325). Em razão desse descuido do impugnante, não fará jus ao recebimento de honorários advocatícios. A sucumbência foi recíproca e cada parte arcará com o custo de seu advogado.

Portanto, a impugnada tem ainda saldo credor da ordem de R\$ 8.433,36 – R\$ 676,53 (R\$ 7.756,83) com os rendimentos da conta judicial a partir de 17.07.2014 (fl. 328), já que os R\$ 676,53 serão recolhidos ao Estado. A sobra será levantada pelo impugnante.

JULGO PROCEDENTE EM PARTE o incidente de fls. 345/346 para reconhecer que a impugnada ainda tem saldo credor (além do valor por ela



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

levantado a fl. 365) a levantar no importe de R\$ 7.756,83 e respectivos rendimentos da conta judicial a partir de 17.07.2014. O cartório levantará da conta de fl. 328 o valor de R\$ 676,53 e o recolherá ao Estado. A sobra da referida conta (fl. 328) será integralmente levantada pelo impugnante-executado. A expedição do ML para este acontecerá só depois de comprovada a utilização dos dois MLs, um a favor da impugnada e outro para o recolhimento das custas ao Estado.

EXTINGO A EXECUÇÃO nos termos do inciso I, do artigo 794, do CPC.

P.R.I. Oportunamente, certifique o trânsito em julgado, comunique-se e ao arquivo.

São Carlos, 18 de fevereiro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA